

05 SET 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Advogados criticam fretamento de jatinho pelo TJ

**José Lazaro Jr.**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - Continua recebendo críticas o fretamento de um jatinho pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, com o objetivo de suprir a ausência de rotas comerciais até comarcas do interior. A última manifestação contrária partiu do Sindicato dos Advogados do Estado do Paraná (Sinap), presidido por Paulo Henrique Azzolini. Sem concorrência, a empresa Helisul venceu o pregão eletrônico realizado pelo tribunal na semana passada, oferecendo um custo por quilômetro voado apenas R\$ 0,017 inferior ao valor máximo definido em edital. Neste cenário, se o TJ utilizar integralmente o contrato, irá desembolsar mais de R\$ 590 mil.

Em nota divulgada à imprensa, a entidade questiona a publicidade dada ao processo licitatório e cobra mais investimento do TJ nas cidades pequenas, onde alega haver sobrecarga de trabalho para os juízes. "Tem comarcas onde só há atendimento duas, três vezes por semana. O advogado estuda, investe na profissão, monta escritório e falta juiz", reclama Azzolini.

"Já não bastou a mal fundamentada aquisição de carros para desembargadores, agora o Poder Judiciário quer gastar com avião a jato, esquecendo a condição e necessidades prioritárias das comarcas do interior, sem material e pessoal de apoio, deixando a função jurisdicional abandonada", argumenta o presidente do sindicato.

"Por enquanto, fica a difícil realidade do advogado, com grande desgaste, de explicar para as famílias o motivo pelo qual o parente ainda não foi solto, porque não há juiz, porque o escrivão está doente, etc. Ou explicar para a grande empresa porque a causa ainda não foi objeto de sentença e há tantos prejuízos e consequências para a produção", diz Azzolini. A crítica também foi divulgada pela Associação dos Advogados Empregados da Sanepar (Advesane), da qual o advogado também faz parte.

05 SET 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Corregedora deixa CNJ sem conseguir processar juízes

**Brasília** - Em sua despedida ontem do cargo de corregedora nacional de Justiça, a ministra Eliana Calmon fracassou na tentativa de abrir processos contra juízes e desembargadores suspeitos de envolvimento com omissões, irregularidades e atos de corrupção. Tida como rigorosa, Eliana será substituída a partir de amanhã na Corregedoria pelo ministro Francisco Falcão que, como ela, integra o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Dez pedidos de vista feitos por integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) impediram que o órgão tomasse ontem providências em relação a suspeitas, por exemplo, de incompatibilidade de rendimentos com o patrimônio de magistrados.

Em um dos casos, Eliana disse que um desembargador do Mato Grosso do Sul não conseguiu dar explicações plausíveis para sua movimentação patrimonial, entre 2003 e 2008, com créditos de R\$ 33 milhões. Numa outra investigação, a ministra defendeu a abertura de um processo contra um desembargador de Roraima suspeito de várias irregularidades, entre as quais, aquisição de bens incompatíveis com a renda e nomeação de filhas para cargos em comissão no Executivo.

Também foi adiada uma decisão sobre um pedido de providências para apurar a suposta omissão do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Luiz Zveiter em conceder escolta à juíza Patrícia Acioli. A magistrada foi assassinada há um ano em Niterói.



***“Na parte disciplinar fui duríssima”, disse Eliana Calmon, em sua despedida***

O adiamento foi pedido numa questão de ordem apresentada pelo advogado do desembargador, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. A defesa argumentou que haveria cerceamento de defesa se o julgamento ocorresse nesta terça-feira já que na véspera tinha sido determinado o arquivamento da apuração em relação a uma outra juíza que também era suspeita de omissão no caso.

Com os pedidos de vista, ficam adiadas as decisões sobre a abertura de processos contra magistrados suspeitos de participar de irregularidades. Os casos serão assumidos pelo futuro corregedor, Francisco Falcão.

Durante os dois anos em que exerceu o cargo de corregedora, Eliana Calmon desentendeu-se com integrantes das cúpulas de tribunais. Um desses problemas ocorreu no ano passado e envolveu o então presidente do STF, Cezar Peluso. Dias antes, Eliana tinha dito que havia “bandidos de toga” no Judiciário.

Ao despedir-se no plenário do CNJ, Eliana Calmon disse que teve a oportunidade de “conhecer as entranhas do Judiciário”. Ela destacou que durante a sua administração conseguiu um fato inédito: realizar uma inspeção no Tribunal de Justiça de São Paulo. “Decidi calçar as botas do soldado alemão e ir a São Paulo fazer a inspeção”. Daquele dia em diante, coisas começaram a mudar, coisas destravaram lá dentro. Foi o último Estado no qual fiz a inspeção”, declarou.

“Na parte disciplinar fui duríssima”, disse Eliana, acrescentando que não aceita corrupção, principalmente de magistrado. A ministra contou que durante a sua atuação tentou mostrar que o juiz deve ser respeitado pelo que ele faz. “Ele é um prestador de serviço”, afirmou. “Chega de falar que o juiz tem de ser reconhecido pela sociedade porque é juiz?”, disse.

05 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Contra a superlotação, a prisão virtual

## Até o final do ano mil presos condenados vão deixar a cadeia e serão rastreados por tornozeleiras

**Londrina** - A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) promete implantar o monitoramento de presos condenados nos próximos meses para desafogar o sistema prisional. Até o final do ano, o governo quer colocar na rua pelo menos mil detentos, abrindo vagas nas penitenciárias e, por consequência, nas cadeias que abrigam presos provisórios. Até o fim do governo, em 2014, com base em uma avaliação preliminar, 5 mil tornozeleiras devem estar em operação.

O governo está estudando a experiência de outros Estados para definir o modelo que será adotado no Paraná. A expectativa da Seju é que a concorrência para a contratação do serviço aconteça no início de outubro.

Feito por tornozeleiras com GPS (Global Positioning System) e dotadas de um chip de telefonia móvel, o monitoramento permite à Justiça rastrear o condenado em uma área delimitada. "É um espécie de prisão virtual", comparou o diretor do Departamento Penitenciário (Depen), Maurício Kuehne. O modelo mais usado, semelhante a um relógio de pulso, pesa 150 gramas e é feito de

borracha e fibra ótica. A bateria é carregada com energia elétrica pelo próprio condenado e tem autonomia de dois dias.

A Seju justifica a inovação na política carcerária pela redução de custos. Cada um dos 15 mil presos sob tutela da secretaria (inclui penitenciárias e presídios para presos que aguardam julgamento) custa cerca de R\$ 2 mil por mês. De acordo com a assessoria de comunicação da Seju, o valor estimado por tornozeleira seria de R\$ 500 a R\$ 700.

Em Minas Gerais, o último Estado a licitar o serviço, em julho, o custo mensal por unidade ficou em R\$ 186,00. "Vamos montar um edital que estimule a concorrência e que o custo por unidade seja parecido com o mais baixo em vigor no País. No entanto, queremos um equipamento de qualidade", afirmou Kuehne, que explicou que os aparelhos serão alugados e que a fornecedora se comprometerá a fazer atualizações tecnológicas necessárias ao sistema.

O primeiro Estado a permitir o cumprimento da pena fora dos presídios, mediante o uso de um rastreador, foi São Paulo, em 2010,

**CONTINUA**

quando foram adquiridas 4,8 mil unidades de monitoramento ao custo de R\$ 50 milhões por 30 meses de locação. No Sul do País, o precursor foi o Rio Grande do Sul, cujo sistema está em fase de testes.

Em Londrina, a medida pode ser implantada em pelo menos mil egressos. A juíza da Vara de Execuções Penais (VEP), Márcia Guimarães, vê com bons olhos tal mecanismo. "É muito vantajoso por sinalizar com precisão onde a pessoa está. Ajudaria e diminuir a criminalidade, rastrear os locais onde ela esteve. Isso iria tornar mais sensível e forte a fiscalização", afirmou.

Porém, a implantação do sistema divide opiniões. "Para efeito de direitos humanos é horrível. O problema é o estigma social, como o preso vai andar na rua com a tornozeleira, principalmente num país cuja população é preconceituosa. É estigmatizar a pessoa do preso", criticou o assessor da Pastoral Carcerária, padre Edlivan Pedro.

"É viável se for para impedir que a pessoa fique encarcerada nesse sistema de hoje, que não recupera o cidadão. Só não concordo se for para presos que conquistaram o direito do regime aberto", comentou o coordenador do Grupo de Estudos de Violência da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Budê.

# 05 SET 2012

## FOLHA DE LONDRINA

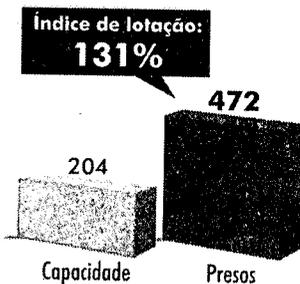
### CONTINUAÇÃO

#### SISTEMA CARCERÁRIO

**Carceragens de distritos policiais e presídios de Londrina estão superlotadas**

##### DISTRITOS POLICIAIS

➤ Ao final do 1º semestre



➤ 2º Distrito Policial (Zona Leste)

Capacidade	120
Presos provisórios	275
Reg. Semiaberto	1
Condenados	4
<b>Total</b>	<b>280</b>

Hoje a unidade funciona como presídio semiaberto: **120 presos**

➤ 3º Distrito (Zona Oeste)

Capacidade	36
Presas provisórias	54
Reg. Semiaberto	7
Condenados	14
<b>Total</b>	<b>75</b>

Única carceragem feminina de Londrina, abriga hoje **70 presas**

➤ 4º Distrito (Zona Sul)

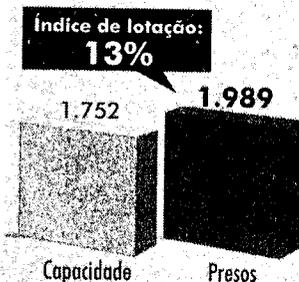
Capacidade	24
Presos provisórios	34
Condenados	17
<b>Total</b>	<b>51</b>
Hoje	54

➤ 5º Distrito (Zona Norte)

Capacidade	24
Presos provisórios	61
Condenados	5
<b>Total</b>	<b>66</b>
Hoje	105

##### PRESÍDIOS

➤ Dados de 31 de agosto



➤ Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) II

Capacidade	960
Presos condenados	999

➤ Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) I

Capacidade	504
Presos provisórios	610

➤ Casa de Custódia de Londrina (CCL)

Capacidade	288
Presos provisórios	380

➤ Centro de Reintegração Social (Creslon) - Antigo 2º DP

Capacidade	120
Presos do regime semiaberto	120

Fontes: Sesp, Seju e VEP

Folha Arte

**CONTINUA**

## *Regime semiaberto terá mais 2 mil vagas até 2014*

**Londrina** - Além da construção de presídios e da adoção das tornozeleiras de monitoramento, a Secretaria de Justiça vai investir em centros de reintegração social - unidades especializadas em receber condenados que obtiveram o privilégio da progressão da pena para o regime semiaberto (quando o preso apenas pernoita na cela).

A assessoria de comunicação da Seju informou que serão construídas 20 unidades desse tipo em todo o Estado até o final de 2014. Cada uma delas poderá abrigar até 100 condenados. O valor investido será de R\$ 36 milhões e a execução das obras ficará a cargo da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). De acordo com a secretaria, os custos de alojamento no semiaberto são bem inferiores porque não é necessário o mesmo aparato de segurança que uma unidade prisional convencional. As unidades serão parecidas com casas e ocuparão poucos funcionários.

O modelo vai seguir as diretrizes da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) por meio de convênios adotados com entidades civis de

direito privado sem fins lucrativos. O conceito traça um novo modelo de gestão social voltada para valorização humana.

O detento, pertencente a um grupo considerado de menor risco, cumpre ritos diários que contemplem escolarização, profissionalização, trabalho, integração social, religião, assistência e voluntariado. A coordenação da unidade é feita pelos próprios detentos e não existe guarda armada na unidade e tão pouca vigilância externa.

A Seju informou que a localização das unidades será divulgada apenas no início de novembro, mas adiantou que todas as cidades-pólo do Estado vão ser contempladas. A secretaria deve priorizar municípios onde empresas demonstrem interesse prévio para ocupar profissionalmente os condenados.

05 SET 2012

## FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

### Situação dos distritos pressionou governo

**Londrina** - O Paraná tem 177 delegacias de polícia que abrigam presos provisórios. Em julho, estavam alojados em situação precária nestas carceragens um total de 12.250 pessoas.

A situação que a Pastoral Carcerária, organização católica que acompanha a situação dos presos, classifica de "caótica", pressionou o governo para os investimentos anunciados este ano. "Somos reféns de uma sociedade violenta. A gente gosta de ver o preso em condições subumanas. Para a grande maioria, quando o preso sofre, isso é sinônimo de justiça", disse o padre Edivan Pedro, assessor da pastoral.

### Central tenta organizar ingresso de condenados

**Londrina** - Nas últimas cinco semanas, o governo tenta organizar o ingresso dos condenados no sistema penal com outra inovação, a central de vagas. O mecanismo, desenvolvido pela Seju junto ao Tribunal de Justiça, obriga os juízes criminais a informar em um cadastro único as características de cada condenado.

O cadastro é abastecido com os dados dos juízes e permite uma estimativa de prazo para o ingresso no sistema penitenciário, além de apontar para qual unidade prisional o detento será en-

Em Londrina, as condições de superlotação do 5º Distrito Policial, na Zona Norte, provocaram a reação até do delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial, Márcio Amaro, que disse que a Polícia Civil da cidade "está de mãos atadas" por não ter mais onde colocar os presos. Em um espaço para 24 detentos, havia 105 na semana passada.

Na tentativa de desafogar o 5º DP, a Sesp decidiu reutilizar a carceragem do 4º DP, na Zona Leste. O local também já sofre com a superlotação. Ontem, o número de presos já era mais que o dobro da capacidade de 24 presos. Ontem, estavam nas celas, 54 homens

caminhado. A ordem para as remoções é cronológica. De acordo com o diretor do Depen, Maurício Keuhne, no final do ano o governo vai avaliar a experiência e fazer os ajustes necessários.

O objetivo da central é dar prioridade a presos com condenações mais antigas e que ainda estão em carceragens de distritos ou em casas de custódia. O maior desafio é fazer com os magistrados não deixem o cadastro desatualizado.

Com as inaugurações dos novos presídios e com outras medidas que criam vagas nas penitenciárias, a função da central deve ganhar ainda mais importância, já que o governo prevê um grande número de remoções já em 2013

### Londrina e Apucarana devem ganhar presídios

**Londrina** - A Seju prevê a construção de seis novos presídios e ampliação de outros oito no Paraná. Pelo menos dois deles devem ser erguidos em cidades do Norte do Estado.

Em Apucarana, a unidade deverá ter capacidade para 544 presos, com investimento superior a R\$ 15 milhões. A verba viria de uma parceria com o Ministério da Justiça. O total de investimento pode chegar a R\$ 160 milhões, com contrapartida de R\$ 30 milhões do governo do Estado.

A outra unidade ficará em Londrina. A previsão é que a nova penitenciária (PEL III) tenha 576 vagas para homens. A Seju também pretende ampliar a Casa de Custódia (CCL), que tem capacidade para 288 presos e deve ganhar mais 196 vagas.

Já a Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), cuja capacidade hoje é para 360 detentos, deve ganhar mais 344 vagas.

A Seju também prevê a abertura de 872 novas vagas nos presídios até o início do ano. A Secretaria está adquirindo camas para abrigar mais presos nas alas usadas anteriormente para manter os presos em isolamento.

A Secretaria de Justiça tem 27 estabelecimentos penitenciários espalhados pelo Estado, onde são mantidos 15.212 pessoas. A Seju inaugurou recentemente os presídios de Cruzeiro do Oeste e Maringá, com capacidade para abrigar 966 presos.

**05 SET 2012**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **Advocacia Pública**

· **Maringá** - Começa hoje e termina na próxima sexta-feira, no Teatro Calil Haddad, em Maringá, o I Congresso da Advocacia Pública, com o tema "Advocacia Pública e Sustentabilidade". O evento, organizado pela Comissão da Advocacia Pública da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Maringá, é voltado para os profissionais da área jurídica e acadêmicos dos cursos de Direito. Alguns dos nomes expressivos da advocacia pública brasileira estarão reunidos para apresentar temas sobre políticas públicas que viabilizem a harmonia entre progresso econômico, justiça social e preservação ambiental. O encontro contará com a participação de procuradores do Estado, de membros da Advocacia-Geral da União e o do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, entre outros. Inscrições e informações: [www.oabpr.org.br/esa](http://www.oabpr.org.br/esa)

### **DETENTO**

#### ***Qual a diferença entre preso apenado e provisório?***

O apenado é o indivíduo que já foi condenado. Portanto, já possui sentença condenatória contra a qual não cabem mais recursos, ou seja, a decisão transitou em julgado.

O preso provisório é aquele que ainda não possui condenação definitiva, mas se encontra preso em razão de flagrante, prisão temporária ou preventiva. Na unidade prisional, o preso provisório deverá sempre ser colocado em celas diferentes das dos presos já condenados definitivamente.

**Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**

05 SET 2012  
METRO

# **Força-tarefa procura 106 agressores de mulheres**

- Operação conjunta entre Segurança Pública e Poder Judiciário vai tentar prender todos os que já têm mandado de prisão expedido no Paraná
- Sesp promete criar Delegacia da Mulher em todas as regiões

**CONTINUA**

05 SET 2012

METRO

# Força-tarefa vai punir agressores de mulheres no PR

● Sesp vai atuar em conjunto com o TJ nas ações de prevenção e na investigação dos casos ● Objetivo é fortalecer a Lei Maria da Penha

Um grupo formado por integrantes da Sesp (Secretaria Estadual de Segurança Pública) e do Poder Judiciário vai trabalhar junto para aprimorar as ações de prevenção, investigação e processos que envolvam agressores de mulheres. Uma das medidas é realizar uma operação para cumprir os 106 mandados de prisão que em aberto contra suspeitos de praticar esse tipo de violência.

“Vamos delinear metas e ações que vão fortalecer as Delegacias da Mulher. Nossa meta até o final do governo é que cada região do Paraná tenha uma Delegacia da

**“Queremos diminuir o número de agressores, demonstrar que a Lei Maria da Penha está sendo cumprida, dar atendimento a essas mulheres e, principalmente, conscientizar a população a denunciar”.**

DENISE KRUGER PEREIRA,  
DESEMBARGADORA DO TJ-PR

**338**

**mulheres foram assassinadas no Paraná em 2010, de acordo com o Mapa da Violência divulgado neste ano. O índice é de 6,3 mortes por 100 mil mulheres, o terceiro maior do país.**

Mulher estruturada funcionando 24 horas por dia. E que isso seja feito com delegadas, investigadoras e psicólogas para que possamos oferecer atendimento digno a essas mulheres”, prome-

teu o secretário estadual de segurança pública, Reinaldo de Almeida Cesar.

Também está em estudo a mudança de endereço da Delegacia da Mulher de Curitiba, que hoje fica no Centro, para um local próximo ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, localizado no Bom Retiro.

De acordo com a desembargadora do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), Denise Kruger Pereira, no próximo dia 12 será entregue para a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher) o relatório preli-

minar com os primeiros resultados das ações. A entrega final do relatório está prevista para o dia 14 de dezembro.

## Juizados

Até o final do ano, o Paraná terá mais cinco Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Eles serão criados pelo TJ e serão instalados em São José dos Pinhais, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa. Atualmente, há em Curitiba e Londrina.



LINA HAMDAR  
METRO CURITIBA

RODRIGO FÉLIX LEAL / METRO.GI



► Operação vai cumprir 106 mandados contra agressores de mulheres no Paraná

05 SET 2012

## METRO

# Primo confessa crime contra menina de 10 anos

Está preso o homem que matou uma criança de 10 anos no bairro Santa Cândida, na segunda-feira de manhã. Deivid Ribeiro dos Santos é primo da vítima e confessou que assassinou a menina com uma facada no peito.

O homem, de 31 anos, se entregou no mesmo dia, à noite, em um módulo da Guarda Municipal, em São José dos Pinhais,

na região metropolitana de Curitiba.

De acordo com o delegado da DH (Delegacia de Homicídios), Rubens Recalcatti, a explicação do acusado para cometer o crime não convence. "Ele alegou que recebeu ordens, palavras que cutucaram sua mente, para matar a menina", conta.

Segundo Recalcatti, o homem foi interrogado e

atuado em flagrante por homicídio. "Vamos agora dar continuidade ao inquérito para apurar o que realmente aconteceu", afirma o delegado.

De acordo com a família da garota, o primo já teria, inclusive, tentado abusar da criança. A garota foi enterrada no final da tarde de ontem, no Cemitério do Santa Cândida.

## Justiça aguarda dados sigilosos do Facebook

O MPF-PR (Ministério Público Federal do Paraná) espera a chegada de dados sigilosos de alguns usuários da rede social Facebook, que são investigadas pela Polícia Federal por crimes de pedofilia. A solicitação à empresa norte-americana foi feita no dia 17 de agosto

pela 2ª Vara Federal Criminal em Curitiba.

As procuradoras que atuam no caso aguardam o recebimento do material, pela Polícia Federal para poderem se pronunciar sobre o atendimento à ordem judicial.

## TST manda indenizar funcionário por assédio

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou que a Ambev (Companhia de Bebidas das Américas) pague R\$ 50 mil por danos morais a um funcionário que era obrigado a assistir filmes pornô e shows de stripper em reuniões da empresa filial de Curitiba. O trabalhador também era obrigado a comparecer em encontros que tinham a presença de garotas de programa.

O funcionário que moveu a ação é casado e evangélico. No processo, ele re-

lata que chegou a ser amarrado em uma cadeira para que não saísse da sala. Segundo o Tribunal, os fatos ocorreram mais de dez vezes entre os anos de 2003 e 2004.

A Ambev apresentou recurso que será analisado pelo TST. Em nota, a empresa disse que o caso é pontual e que "a companhia, que conta com mais de 30 mil funcionários do Brasil, não pratica ou tolera qualquer prática indevida com seus funcionários"

METRO 05 SET 2012

# Justiça abre o cofre de Lalau e devolve US\$ 7 mi

● Dinheiro estava em conta do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, acusado de superfaturar a obra na década de 1990

● Advogado diz que briga pelo dinheiro será retomada no Brasil

A Justiça da Suíça autorizou a devolução de US\$ 7 milhões (R\$ 13,8 milhões) que estavam bloqueados desde 1999 em uma conta do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto naquele país e de sua ex-esposa, no banco Santander em Genebra.

Segundo a AGU (Advocacia-Geral da União), o dinheiro será repatriado para o Brasil e depositado em uma conta do Tesouro Nacional. A decisão ainda prevê que Nicolau terá que pagar US\$ 2,1 milhões aos cofres públicos.

Na década de 90, período em que assumiu o cargo de presidente do TRT-SP (Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo), o ex-juiz foi acusado de superfaturar a obra de construção do novo prédio do tribunal, na Barra Funda. De acordo com a AGU, foram desviados R\$ 170 milhões. As investigações apontaram a liberação de recursos

para o pagamento de 98% do projeto, mas apenas 64% haviam foram entregues. O esquema contou com a participação de uma empreiteira controlada pelo grupo Ok, que pertence ao ex-senador Luiz Estevão.

Diretor do Departamento Internacional da AGU, Boni Soares afirma que a decisão é histórica. O advogado do ex-juiz, Francisco de Assis Pereira, diz que a devolução não significa que o dinheiro irá para o Estado. "A briga por esse valor deixa a Suíça para continuar por aqui."

No dia 23 de agosto, a AGU anunciou que o ex-senador Luiz Estevão vai devolver R\$ 468 milhões desviados do prédio. O valor, segundo a advocacia geral, é a maior recuperação de dinheiro da história do país.

## Nicolau cumpre 26 anos de prisão

Com 84 anos hoje, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto foi condenado em 3 de maio de 2006 a cumprir uma pena de 26 anos e seis meses de prisão. Ele também pagou uma multa por facilitar o desvio de R\$ 170 milhões das obras do novo

prédio do TRT-SP.

O ex-juiz chegou a ficar alguns dias preso em uma carceragem da Polícia Federal, no ano de 2007, mas cumpre a pena em prisão domiciliar por causa de problemas de saúde.

Impedido de sair de ca-

sa, o ex-juiz tentará a progressão da pena e, assim, cumprir o restante no regime semiaberto. "Ele tem 84 anos e uma doença grave. A Justiça precisa rever a sentença e permitir as saídas monitoradas", diz o advogado de defesa.



Eliana Calmon chora em sua última sessão na função de corregedora nacional de Justiça

## Este foi o 'cargo mais maravilhoso', diz Calmon

Na última sessão de seu mandato como corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon disse ontem que os dois anos no cargo foram "extremamente incômodos" e que seu principal desafio foi fazer a inspeção no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Emocionada, disse que sabia que o cargo seria incômodo. "Não tenho limites, uso de toda a minha autoridade, com humildade, mas com empenho. Foi o cargo mais maravilhoso que exerci nos 34 anos de magistratura."

Para ela, a inspeção no TJ paulista foi o maior caso de sua gestão: "Calcei as botas de soldado alemão, fiz uma inspeção, e todos viram o que aconteceu. As coisas começaram a mudar em São Paulo. Parece que as coisas destravaram. Saio com a consciência de dever cumprido".

Em dois anos, ela enfrentou entidades de magistrados ao investigar bens de juízes e falou em "bandidos de toga": "Precisei usar a mídia e fazer a população saber o que se passava no Judiciário".

Ela ganhou uma placa do CNJ com homenagem do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto —que disse que a ministra tem o "dom da indignação".

Na sessão, Calmon apresentou investigações sobre incompatibilidade patrimonial de juízes, mas não conseguiu tratar do assassinato da juíza Patrícia Acioli.

Acioli foi morta em 2011 com 21 tiros quando chegava à casa dela em Niterói (RJ). A suspeita é que a morte tenha sido uma retaliação por sua atuação contra milícias de policiais; 11 PMs foram denunciados por participação no crime.

05 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

# STF enfrentará 4 questões sem consenso

Ministros divergem sobre pontos fundamentais do julgamento do mensalão, como o que fazer em caso de empate

## Outros temas envolvem a perda automática do mandato na Câmara de réus condenados e o cálculo das penas

O Supremo Tribunal Federal enfrentará, até o final do julgamento do mensalão, pelo menos quatro temas sem consenso entre os ministros.

O ministro-revisor, Ricardo Lewandowski, disse ontem que a corte ainda precisa definir as seguintes questões:

1. O que ocorre em caso de empate entre ministros?
2. A perda do mandato de réu condenado é automática ou depende de análise pela Câmara dos Deputados?
3. Quem votou pela absolvição deve opinar sobre o cálculo da pena?
4. Se houver divergência no cálculo, o que prevalecerá?

### EMPATE

A possibilidade de empate aumentou com a aposentadoria do ministro Cezar Peluso, que deixou o Supremo com dez ministros.

Na avaliação da maioria deles, deve-se favorecer o réu com a absolvição. Mas há divergências. Marco Aurélio Mello defende que deve ser acompanhado o voto do presidente.

O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, desconvenceu ontem, dizendo que não cogitava tal situação. "É uma pergunta sem resposta. Temos que interpretar corretamente o regimento."

### PERDA DE MANDATO

Os ministros não adiantam posicionamento sobre a perda do cargo em caso de condenação dos réus com mandato como deputado federal.

No processo do mensalão, três réus — João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) — são deputados. O primeiro já foi condenado por corrupção passiva, peculato (desvio de dinheiro por servidor) e lavagem de dinheiro.

O único ministro que se pronunciou sobre o tema foi Peluso, que votou pela cassação automática do mandato.

A questão trouxe à tona divergências entre o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o presidente da Câmara, Marco Maia (PT).

Enquanto Gurgel disse ontem que a Casa não pode manter no cargo um réu condenado, Maia afirmou que a palavra final é do Legislativo.

### CÁLCULO DA PENA

As incertezas também chegam ao tamanho da punição aos condenados.

Alguns ministros avaliam que aqueles que votaram pela absolvição de um réu não podem participar da análise do cálculo da pena. Para outros, trata-se de uma questão formal em que todos devem apresentar suas opiniões.

Lewandowski integra o primeiro grupo: "Quem vota pela absolvição acha que a pessoa é inocente. Como vai depois estabelecer o cálculo? Não faz muito sentido."

O presidente Ayres Britto faz parte do segundo: "Aqueles que absolveram votarão pela pena mínima".

O ministro-revisor disse que é preciso debater um caso em que, por exemplo, um réu foi condenado por unanimidade, mas há divergência em relação à pena. Ou tira-se uma média dos votos ou decide-se pela punição mais favorável ao réu.

# FOLHA DE S. PAULO

## Suíça devolve US\$ 6,8 mi do ex-juiz Nicolau para o Brasil

05 SET 2012

Valor foi bloqueado  
em conta há 13 anos

A Justiça da Suíça autorizou a repatriação de US\$ 6,8 milhões (R\$ 14 milhões) que estavam bloqueados, desde 1999, na conta do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

O bloqueio foi feito por conta de seu envolvimento no escândalo de superfaturamento do Fórum Trabalhista de São Paulo.

A decisão do tribunal suíço também manda Nicolau indenizar o Brasil em US\$ 2,1 milhões (R\$ 4,2 milhões), de acordo com dados da Advocacia-Geral da União (AGU).

A informação foi divulgada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo". O advogado do ex-juiz, Francisco Assis Pereira, disse que continuará brigando para recuperar o dinheiro. "Ele é uma tremenda vítima da injustiça do governo brasileiro", disse.

Segundo o advogado, o valor ficará apenas depositado em uma conta do Tesouro.

"A AGU alardeou vitória, mas na verdade houve apenas a transferência de depositário", disse Pereira.

No entanto, a AGU diz que a decisão da Justiça suíça é definitiva e o valor, assim que for repatriado, será incorporado ao Orçamento da União.

Além de Nicolau, que cumpre prisão domiciliar em São Paulo, foram acusados de desvio de dinheiro durante a construção o ex-senador Luiz Estevão e os empresários Fábio de Barros e José Ferraz.

Em 2006, eles foram condenados por crimes relativos ao caso em sentenças que somam 115 anos de prisão.

Em 2002, o governo brasileiro já havia recuperado US\$ 800 mil de Nicolau.

No mês passado, a AGU divulgou acordo em que Luiz Estevão aceitou devolver R\$ 468 milhões. Ele, porém, nega as acusações.

05 SET 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Julgamento do mensalão é avanço contra corrupção, dizem especialistas

**DE SÃO PAULO** - Especialistas que participaram ontem do seminário Controle da Corrupção citaram o julgamento do mensalão pelo STF (Supremo Tribunal Federal) como exemplo do avanço no combate à corrupção no Brasil. O evento foi organizado pelo MPD (Movimento do Ministério Público Democrático).

Para o promotor de Justiça Roberto Livianu, coordenador do evento, o julgamento trouxe duas "heranças" positivas: a definição de um tratamen-

to mais rigoroso para casos de corrupção e a mobilização da população em torno do tema.

O caso também foi abordado pelo chefe do Ministério Público paulista, Márcio Elias Rosa, para quem o interesse pelo caso é uma "demonstração inequívoca" de que não se aceita corrupção. Para a pesquisadora Maria Tereza Sadek, as condenações trazem a "percepção de que o direito foi feito para proteger a sociedade, não a elite". Geraldo Alckmin, governador de SP, também foi ao evento.

#### CASO PANAMERICANO

### Justiça aceita denúncia contra envolvidos

A Justiça Federal aceitou a denúncia encaminhada pelo Ministério Público Federal contra 17 ex-diretores e funcionários do Banco PanAmericano. Para a Justiça, eles são réus e vão responder a processo em que são acusados de crimes contra

o sistema financeiro.

As fraudes listadas incluem maquiagem de balanço e desvio de dinheiro, entre outros crimes financeiros, que levaram a um rombo de R\$ 4,3 bilhões ao banco que pertenceu ao empresário Silvio Santos.

#### PAINEL

**Classe...** Com a aposentadoria de Cezar Peluso, a ministra Cármen Lúcia quer ocupar a vaga do ex-ministro na segunda turma do Supremo Tribunal Federal.

**... nova** Ministros reclamam que o trabalho na primeira turma é mais lento, devido, entre outras razões, ao fato de Marco Aurélio Mello não aceitar julgamento em lista e promover longos debates sobre os processos.

**Faixa...** A comunidade árabe de São Paulo avisou a petistas graúdos que abraçou a candidatura de Ali Mazloum para uma vaga no STF.

**... de Gaza** A articulação para ter um ministro de ascendência árabe no Supremo cresce desde que Luiz Fux, primeiro judeu da história da corte, foi nomeado pela presidente no ano passado.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Corregedora deixa CNJ

### sem conseguir processar juizes

• Embates

**ELIANA CALMON**  
EX-CORREGEDORA NACIONAL  
DE JUSTIÇA

05 SET 2012

"Decidi calçar as botas do soldado alemão e ir a São Paulo fazer a inspeção. Daquele dia em diante, coisas destravaram lá dentro"

"Na parte disciplinar fui duríssima"

No último dia de Eliane Calmon no cargo, seus pares pedem vista de processos e adiam ação contra colegas suspeitos

Em sua despedida do cargo de corregedora nacional de Justiça, a ministra Eliana Calmon fracassou ontem na tentativa de abrir processos contra juizes e desembargadores suspeitos de envolvimento com omissões, irregularidades e atos de corrupção. Tida como rigorosa, Eliana será substituída amanhã, na Corregedoria, pelo ministro Francisco Falcão – também lotado no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Dez pedidos de vista feitos por integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) impediram que o órgão tomasse ontem providências em relação a suspeitas, por exemplo, de incompatibilidade de rendimentos com o patrimônio de magistrados.

Com os pedidos de vista, ficam adiadas as decisões sobre processos contra os magistrados suspeitos. Os casos serão assumidos pelo futuro corregedor, Francisco Falcão.

Em um desses casos, Eliana disse que um desembargador do Mato Grosso do Sul não conseguiu dar explicações plausíveis para sua movimentação patrimonial, entre 2003 e 2008, com créditos de R\$ 33 milhões.

Em outra investigação, Calmon defendeu a abertura de processo contra um desembargador de Roraima suspeito de várias ir-

regularidades, como aquisição de bens incompatíveis com a renda e nomeação de filhas para cargos em comissão no Executivo.

Também foi adiada uma decisão sobre pedido de apuração de suposta omissão do ex-presidente do TJ do Rio, Luiz Zveiter, em conceder escolta à juíza Patrícia Aciolli. A magistrada foi assassinada há um ano em Niterói. O adiamento foi pedido pelo advogado do desembargador, Márcio Thomaz Bastos.

Em seus dois anos como corregedora, Eliana Calmon desentendeu-se com vários integrantes dos tribunais. Um desses casos ocorreu no ano passado e envolveu o então presidente do STF, Cezar Peluso. Dias antes, Eliana tinha dito que havia "bandidos de toga" no Judiciário.

Ao despedir-se, ela afirmou que, no plenário, teve a oportunidade de "conhecer as entranhas do Judiciário". Destacou o fato de ter conseguido, em sua administração, fazer uma inspeção no TJ de São Paulo. "Decidi calçar as botas do soldado alemão e ir a São Paulo fazer a inspeção. Daquele dia em diante, coisas destravaram lá dentro", declarou. "Na parte disciplinar fui duríssima", disse resumindo sua gestão.

## Sucessor quer discrição nas investigações

O novo corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, prometeu uma mudança de rumo nas investigações contra magistrados suspeitos de irregularidades. Em recente reunião no Tribunal de Justiça de São Paulo, ele adiantou aos desembargadores que, agora, as investigações correrão em silêncio.

Falcão afirmou, durante sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que atuará com "mão de ferro" no cargo, mas indicou que só investigará magistrados se as corregedorias dos tribunais locais não abrirem processo. A tese vai ao encontro do que propunha o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso – que, no comando do CNJ, bateu de frente com a ministra Eliana Calmon.

Falcão é vizinho de Eliana Calmon e, desde que foi eleito para o cargo, tem-se aconselhado com frequência com a ministra.

05 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

**Na cabeceira**

Mesmo tendo de preparar o balanço do CNJ que apresenta hoje, **Eliana Calmon** tem tido tempo de ler *A Mulher Que Era o General da Casa*, de **Paulo Moreira Leite**. Deu até um a **Guiomar Mendes**, mulher de **Gilmar**. “É outra que também é general”, brincou.

# 05 SET 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### **O diabo está nos detalhes**

O fato de Joaquim Barbosa ter pedido a condenação de integrantes do Banco Rural por gestão fraudulenta – e não por gestão temerária – terá impacto no mercado financeiro.

“Agora, a atividade do banqueiro implicará em maior responsabilidade. Não vai ser permitido desconhecer nenhuma operação que acontece em seu banco”, aponta Jairo Saddi, do Ibmecc.

### **Diabo 2**

Qual a diferença? Gestão fraudulenta é a prática de ato que envolva fraude ou falcaturia. A temerária significa prática irresponsável e imponderada – com pena bem menor.

Ao optar pela fraudulenta, Barbosa obriga atenção redobrada dos comandantes de bancos sobre o que se passa debaixo de seu mando.

TUTTY

### **Tratamento de choque**

Em respeito ao item do regimento interno do STF que posiciona cada um dos ministros no tribunal, coube logo a Joaquim Barbosa a antiga cadeira do Peluso. Tomara que não lhe agrave o incômodo na lombar!

05 SET 2012

## O ESTADO DE S. PAULO Anteprojeto polêmico

**E**m audiência pública para discutir o anteprojeto do novo Código Penal, em tramitação no Senado, realizada na semana passada no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), criminalistas de diversas orientações doutrinárias foram unânimes na rejeição daquele texto. Alguns chegaram a classificar o anteprojeto como “obsceno” e a maioria afirmou que, se for convertido em lei, ampliará significativamente o número de presos no País.

Com 543 artigos, o anteprojeto do novo Código Penal foi preparado por uma comissão de juristas indicada pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e chefiada pelo ex-corregedor do Conselho Nacional de Justiça e atual vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Gilson Dipp. A comissão foi instalada em novembro de 2011 e concluiu seu trabalho em junho deste ano, depois de receber centenas de sugestões – muitas das quais propondo a redução da maioridade penal, o aumento de rigor nas punições e a revisão das leis sobre menores infratores.

Segundo criminalistas que participaram da audiência pública promovida pelo IBCCrim, o anteprojeto foi elaborado apressadamente, para atender às conveniências de senadores do PMDB. Afirmaram, ainda, que as sugestões encaminhadas pelos diferentes setores da sociedade civil foram analisadas

sem critérios objetivos. Lembraram, também, que um dos principais redatores do anteprojeto, o jurista René Dotti, abandonou a comissão, por entender que ela cedia a interesses políticos, a grupos de pressão e a corporações profissionais.

Presente à audiência pública do IBCCrim, Dotti apontou diversos artigos do anteprojeto que, em sua opinião, misturam conceitos jurídicos com modismos doutrinários e concessões ideológicas. Num desses artigos, disse ele, a comissão teria acolhido as pretensões do Movimento dos Sem-Terra (MST), retirando os movimentos sociais do rol de possíveis autores de crimes de terrorismo. “Essa exclusão é inconstitucional. Por que não dizer isso abertamente? O MST tem proposta altamente social, sem dúvida alguma. Nada contra o MST como instituição, mas, sim, quando ele comete algum crime”, afirmou Dotti, que é titular de direito penal da Universidade Federal do Paraná.

No mesmo tom, outros criminalistas afirmaram que o anteprojeto parece liberal à primeira vista, mas é autoritário em seu alcance. Segundo eles, no caso dos crimes de imprensa, por exemplo, as sanções previstas são maiores do que as estabelecidas pela antiga Lei de Imprensa – revogada por ser considerada entulho autoritário.

Titular de direito penal da USP e ex-ministro da Justiça, o jurista Miguel Reale Júnior foi ainda mais contundente, acusando os membros da comis-

são do Senado de carecerem de preparo teórico, formação científica e experiência legislativa para conduzir a reforma do Código Penal. Para Reale Júnior, eles teriam cometido erros banais na redação de alguns dispositivos, confundindo termos técnicos na tipificação de delitos, recorrendo a uma linguagem “indecifrável” em alguns artigos e substituindo conceitos objetivos por afirmações doutrinárias e políticas. “Há erros da maior gravidade técnica com relação à criação dos tipos penais. A maior gravidade está na parte geral, onde questões relevantes não foram tratadas de modo técnico e científico, revelando que os membros da comissão não tinham o mínimo conhecimento de dogmática penal e da estrutura dos crimes. Não se pode fazer teoria no Código Penal. O anteprojeto é de envergonhar a ciência jurídica, ele não tem conserto”, afirmou o ex-ministro.

Durante a audiência pública do IBCCrim, diretores da entidade e do Instituto Manoel Pedro Pimentel, vinculado à USP, lançaram um manifesto, pedindo a suspensão da tramitação do anteprojeto do Código Penal e alegando que “uma proposta de crimes e penas dirigidadas para milhões de brasileiros” não pode ser aprovada apenas para satisfazer ambições políticas de alguns senadores. O atual Código Penal está em vigor desde 1940. Sua reforma é necessária e oportuna, mas não do modo como vem sendo conduzida.

05 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Acusados de fraudes no Panamericano agora são réus

Justiça aceita denúncia do Ministério Público e abre processo contra 14 ex-diretores e 3 ex-funcionários do banco

Duas semanas depois da denúncia do Ministério Público Federal, o juiz Marcelo Costenaro Cavali, da 6.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal em São Paulo, transformou oficialmente em réus 14 ex-diretores e 3 ex-funcionários do Banco Panamericano.

Com a denúncia aceita ontem, os acusados vão responder pelas fraudes que deixaram um rombo de R\$ 4,3 bilhões na instituição que tinha como sócio o empresário e apresentador de TV Silvio Santos. Eles são processados por suposta prática de crimes contra o sistema financeiro nacional, conforme a lei 7.492.

Entre os réus, estão o ex-presidente do Grupo Silvio Santos Luiz Sebastião Sandoval, o ex-presidente do Panamericano Rafael Palladino e o ex-diretor financeiro do banco Wilson Roberto de Aro.

Sandoval disse que prefere esperar para ver a decisão do juiz antes de se manifestar. Palladino afirmou: "Até agora, mesmo sem ser réu, fui condenado. Agora, vou poder me defender e esclarecer muitos pontos que ficaram obscuros." Wilson de Aro preferiu não comentar.

Em seu despacho, o juiz Cavali afirmou que os acusados terão de ser citados no prazo de 10 dias para apresentar sua defesa. Ele também informou que alguns documentos do processo (bancários, fiscais e outros constitucionais ou legalmente protegidos) serão mantidos sob sigilo. Por isso, decretou segredo de Justiça.

De acordo com o MP, entre 2007 e 2010, os acusados receberam mais de R\$ 100 milhões em "bônus" e outros pagamentos

considerados irregulares.

Os problemas no Panamericano vieram a público em novembro de 2010. Em fevereiro do ano seguinte, a parte da instituição que pertencia a Silvio Santos foi vendida para o BTG Pactual, de André Esteves. Ele divide o controle do banco com a Caixa, que comprou 49% do Panamericano no fim de 2009.

O rombo de R\$ 4,3 bilhões foi absorvido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), entidade criada e mantida pelos bancos com objetivo de proteger os depósitos dos clientes no País.

Além dos crimes apontados pela Polícia Federal, o MP identificou outras possíveis irregularidades na gestão do Panamericano, como o pagamento de propina a agentes públicos, pagamento de doações a partidos políticos com ocultação do real doador, pagamento a escritório de advocacia em valores aparentemente incompatíveis com os serviços prestados e fornecimento de informações falsas ao Banco Central.

05 SET 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Ministro diz que aborto e eutanásia deveriam ficar fora do novo Código Penal

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ontem que manteria no anteprojeto do novo Código Penal somente as leis exclusivamente de natureza penal e não aquelas que envolvam crenças religiosas e convicções. Ele sinalizou que, se pudesse, excluiria do código temas como aborto e eutanásia, ao falar na comissão especial de senadores que tratam da reforma do Código Penal.

“Quanto mais enxuto for um código, melhor, mas na linha de que sejam apenas condutas



antissociais”, explicou. Quanto aos temas penais, voltou a destacar a necessidade de evitar um excessivo aprisionamento e ainda se posicionou de forma contrária à revisão da maioria penal.

### Juízes exigem divulgação de doadores de campanha antes das eleições

Dezesseis juízes de Mato Grosso decidiram garantir aos eleitores o acesso aos nomes dos financiadores da campanha de 2012. Ontem, a juíza Augusta Prutchansky Gomes, titular da 17.<sup>a</sup> zona eleitoral, em Arenópolis, responsável também por Nortelândia, Nova Marilândia e Santo Afonso, decretou a obrigatoriedade da entrega dos nomes dos doadores das campanhas de todos os candidatos sob sua jurisdição. A juíza fundamenta-se “na transparência das informações de interesse público e na Lei de Acesso à Informação”.

Outros cinco magistrados adotaram a mesma linha para Cáceres, Poconé, Mirassol D'Oeste, Curvelândia, Porto Esperidião, São José dos Quatro Marcos e Glória D'Oeste, Brasnorte, Vila Rica, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu e Santa Tereziinha. Segundo o TRE-MT, as portarias desses juízes seguem padrão proposto pelo juiz eleitoral do Maranhão e articulador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Marlon Reis Jacinto.

# O ESTADO DE S. PAULO

## União descumpre decisão judicial sobre Aerus, diz SNA

05 SET 2012

Ex-funcionários da Varig e de outras aéreas aguardam na Justiça pagamento de R\$ 23 mi por mês, diz sindicato

A União está descumprindo uma decisão judicial que a obriga a cobrir integralmente a folha de pagamento do fundo de pensão Aerus, dos ex-funcionários da Varig e de outras empresas do setor, disse ontem a diretora de assuntos previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Graziella Baggio. A avaliação dos trabalhadores é de que o valor gira em torno de R\$ 23 milhões por mês.

“O não pagamento é inadmissível”, diz Graziella. “A União deveria pagar imediatamente, pois essa é uma questão social e vidas estão em jogos.” Segundo ela, ontem, aposentados e pensionistas do Aerus protestaram em frente à Advocacia-Geral da União (AGU) no Rio. O sindicato afirma que os protestos serão realizados em outras capitais, entre as quais São Paulo, Porto Alegre e Curitiba.

**Longa discussão.** Representantes dos participantes do fundo de pensão entraram com uma Ação Civil Pública em 2004. A ação teve o seu pedido de tutela antecipada reconhecido em 2006. Após longa discussão jurídica, o Supremo Tribunal Federal (STF) condicionou a aplicação da tutela à decisão de primeira instância, que foi proferida por um juiz da 14ª Vara Federal de Brasília, em 13 de julho deste ano, a favor dos aposentados do Aerus.

De acordo com Graziella Baggio, hoje, cerca de 5% dos participantes do Aerus não estão recebendo o benefício a que têm direito. O restante recebe apenas parte do montante devido. “A União foi condenada pela não fiscalização do Aerus e por lhe dar permissão para a

renegociação com determinadas patrocinadoras do fundo”, disse. Devido aos problemas no Aerus, o fundo está sendo comandado por um interventor indicado pela União.

05 SET 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Unidade para adolescentes infratores em Sergipe parece prisão, dizem juízas

A Unidade Socioeducativa de Internação Provisória (Usip) em Aracaju (SE) mantém “uma forte característica prisional”, de acordo com as magistradas Joelci Diniz e Cristiana Cordeiro, juízas auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na segunda-feira (3/9), Joelci e Cristiana, coordenadoras do programa Justiça ao Jovem, do CNJ, visitaram o local e verificaram que ele não atende às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê medidas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei.

Os adolescentes internados na unidade passam o dia todo nas celas e têm aula uma vez por semana. “Ir à escola uma vez por semana está em total contradição com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina a internação em estabelecimento educacional”, afirmou Joelci Diniz. Para a juíza, o governo do Estado de Sergipe demonstra “um absurdo descumprimento” da lei.

O pior, para a magistrada Cristiana Cordeiro, é que em 2010 o CNJ visitou as unidades de Sergipe, apontou as deficiências e nada aconteceu. “Não vimos avanço. Acho que o mais preocupante é isso”, ressaltou ela, ao constatar que dois anos se passaram e tudo continua igual. Nem mesmo um plano de melhorar as condições dos adolescentes em internação provisória foi apresentado. “Vamos relatar tudo novamente, mandar ofícios para o Executivo.

05 SET 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Desvio de verbas da educação e saúde pode se tornar crime hediondo

No momento em que o país acompanha o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de graves denúncias de corrupção feitas há seis anos dentro do episódio que ficou conhecido como mensalão, os senadores se preparam para votar um projeto destinado a punir com rigor desvios de recursos públicos. Trata-se do projeto de lei (PLS 676/2011) do senador Lobão Filho (PMDB-MA) que considera crime hediondo o que envolve desvio de verbas destinadas a programas de educação e saúde.

O projeto deverá constar da pauta da próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), prevista para a terça-feira (11). Em seguida, será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

A proposta altera a Lei 8072/1990, que define os crimes considerados hediondos. Caso venha a converter-se em lei, passarão a ser considerados

hediondos crimes de corrupção já previstos na Lei das Licitações (8666/1993), “quando a prática estiver relacionada a licitações, contratos, programas e ações nas áreas da saúde pública ou educação pública”. Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança.

Em sua exposição de motivos, Lobão observa que, recentemente, o Departamento de Patrimônio e Probidade da Advocacia Geral da União (AGU) divulgou que cerca de 70% dos recursos públicos desviados no país são das áreas de educação e saúde. A Controladoria Geral da União (CGU), segundo o senador, informou ainda que, entre 2007 e 2010, foram desviados, por prefeitos ou ex-prefeitos, R\$ 662,2 milhões nesses dois setores. Essas verbas, como comentou o senador, seriam destinadas para a reforma de escolas e hospitais, compra de merenda escolar e remédios, e procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS).

### Maringá recebe evento jurídico sobre sustentabilidade

Com o tema “Advocacia Pública e Sustentabilidade”, até sexta-feira (7), em Maringá, acontece o I Congresso da Advocacia Pública, organizado pela Comissão da Advocacia Pública da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Maringá. O evento é voltado para os profissionais da área jurídica e acadêmicos de Direito e reunirá alguns dos nomes mais expressivos da advocacia pública brasileira para a apresentação de temas sobre políticas públicas que viabilizem a harmonia entre progresso econômico, justiça social e

preservação ambiental.

Para este encontro, são aguardadas os procuradores do Estado do Paraná Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Ana Cláudia Bento Graf; os membros da Advocacia-Geral da União Tereza Villac Pinheiro Barki, Leandro Ferreira Bernardo, Fabiane Bessa, Alberto Silva Santos e Marco Túlio Magalhães e o professor doutor em Direito Constitucional na Universidade Estadual de Londrina, Zulmar Fachin. O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, também estará presente.

05 SET 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Para OAB, decisão do TSE coloca em risco Ficha Limpa

A recente decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral coloca em risco a eficácia da Lei Complementar 135/10 (Lei da Ficha Limpa). A opinião é do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante. Na semana passada, o TSE liberou o candidato a vereador de Foz do Iguaçu (PR), Valdir de Souza (PMDB), para disputar as eleições, contrariando parecer do Tribunal de Contas do Paraná, por não poder definir se houve conduta dolosa do candidato quando presidente do Conselho Municipal de Esportes e Recreação de Foz.

Para o presidente da OAB, a nova interpretação abre brecha para permitir que quem gastou além do orçamento possa concorrer

às eleições com o simples argumento de não o ter feito com dolo.

Segundo a OAB, essa decisão abre precedentes para que políticos com contas rejeitadas pelos tribunais de contas possam concorrer nas eleições, uma vez que não tenham suas condutas reconhecidas como intencionais. “Foge da missão dos tribunais de contas interpretar a conduta do agente público.

O que têm de fazer, apenas, é verificar a correção, ou não das contas. A meu ver, é uma porteira que se abre para aniquilar com a eficácia da Lei da Ficha Limpa”, afirmou Ophir Cavalcante. “Não é possível fazer com que os tribunais de contas façam ilações sobre a vontade do gestor, uma vez que estes estão autorizados a,

somente, decidir sobre a correção das contas.” O registro do candidato havia sido indeferido por juiz eleitoral baseado em na rejeição de suas contas pelo Tribunal de Contas do Paraná. Foi apurado que houve gastos em valor superior à dotação orçamentária.

No recurso apresentado ao TSE, a defesa de Valdir alegou que essas irregularidades não poderiam por si só configurar ato doloso de improbidade administrativa, o que foi acolhido pelos ministros do TSE, que por unanimidade acompanharam o voto do relator, ministro Arnaldo Versiani que argumentou que na dúvida quanto a existência ou não de dolo na conduta do candidato, deve prevalecer o seu direito a elegibilidade.

## Sucesso da Lei da Ficha Limpa depende da atuação dos TREs

O sucesso da Lei da Ficha Limpa vai depender que os tribunais regionais eleitorais (TREs) façam a sua parte, à Agência Brasil a diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Jovita José Rosa, após participar do seminário Entre o Formal e o Real: Desafios na Implementação das Leis Que Tornam o Brasil mais Transparente. O evento foi promovido pelo Instituto Millenium, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Jovita comentou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) “deu um voto a favor da Ficha Limpa”, na medida em que colocou as contas de campanha em questão. “De modo geral, hoje, a Lei da Ficha Limpa está nas mãos dos TREs para que eles façam valer”. Ela ressaltou que os demais atores envolvidos – socieda-

de, Congresso Nacional, Presidência da República e Supremo Tribunal Federal – fizeram a sua parte. “Agora, a gente precisa de uma ação concreta dos tribunais regionais. Neste momento, a bola está com eles”, disse.

A diretora da ONG está confiante que a grande maioria dos TREs vai ser pela aplicação da nova lei. “É lógico que vai haver exceções, infelizmente”, disse. Alertou, contudo, que muitos candidatos considerados “ficha suja” já deixaram de participar da eleição deste ano, por causa da lei que está valendo. Jovita acredita, inclusive, que a eleição deste ano será um marco no país. Ela destacou a grande mobilização da sociedade, iniciada por ocasião da campanha pelo voto direto no país, em 1984, que ganhou vulto em torno da Lei da Ficha Limpa e “aprimora agora a democracia”.

## GAZETA DO POVO

**Crise do euro afeta mercado do sexo**

Percalços da economia europeia reduzem fluxo de pornoturistas na costa brasileira. Expectativa é de que a Copa reaqueça o setor

A crise econômica na Europa está afetando o mercado do sexo no Brasil. As queixas se repetem ao longo dos calçadões à beira-mar no Rio de Janeiro, Recife, em Fortaleza, Salvador e Natal. Nessas cidades com histórico de turismo sexual, a Copa de 2014 tornou-se a aposta de reaquecimento do mercado do sexo. “Se o turista que vier para a Copa gostar do que vir, ele vai voltar”, diz esperançosa uma garota de programa que faz pista na Praia de Iracema, em Fortaleza.

“Ultimamente, rapaz, de dois anos para cá, tá bem fraco. Acho que é por causa da crise. Vinha mais italiano, espanhol. Lá tá na crise também, né? A não ser aquele rico mesmo, mas rico não vem pra cá”, queixa-se um vendedor ambulante de Natal. “Caiu bastante o movimento de estrangeiro. Tem, mas não como antes”, destaca. “Nos anos 2005, por aí, dava muito norueguês, sueco. Aí era mais família mesmo. Já os italianos, espanhóis, era mais putaria mesmo”, conclui o ambulante.

**Só italianos**

“Italianos, principalmente, 70% vêm atrás de mulher. Vêm só por causa de mulher”, diz um dono de pousada em Ponta Negra, a praia mais badalada de Natal. “Mês de agosto é férias na Europa. Tinha

muito estrangeiro, agora não tá vindo porque o euro tá fraco, quer dizer, ele é mais caro que o real, mas o real fortaleceu”, avalia. “Quando o euro era R\$ 3,80 [diferença entre as moedas], enchia de estrangeiro aqui. Enchia mesmo. O pessoal que vem aqui é tudo assalariado. Padeiro, marceneiro, pedreiro”, diz. “Tinha um que varria rua na Holanda.”

“Quando abri a pousada, em agosto quase não pegava casais. Em cada quarto tinha um italiano. Eles ficavam 25 dias. À noite, cada um trazia uma mulher”, conta o dono do estabelecimento, de 10 suítes. “No outro dia ele vinha com outra, no outro dia era outra, no outro dia era outra. Só sei que enchia a pousada. O cara ficava 20 e poucos dias. Eu não pegava casais, porque casais sabe como é que é, né?”, comenta, em meias palavras.

Os reflexos da crise europeia são sentidos também em outras cidades da costa Nordeste com histórico de turismo sexual. Em Fortaleza, um turista quis levar para a Itália o garoto de programa com quem passou os dias de estada na cidade. Cauê, que recém completou 18 anos, não aceitou a proposta do advogado italiano de 35 anos por causa da crise econômica na Europa. “Fiquei com medo”, admite o michê.

**“Quando abri a pousada, quase não pegava casais. Em cada quarto tinha um italiano. Eles ficavam 25 dias. À noite, cada um trazia uma mulher.”**

**CONTINUA**

Rave e a filha Lua, que fazem programas sexuais com turistas estrangeiros na praia da Barra, em Salvador, passaram uma temporada no Rio de Janeiro acreditando que lá a profissão seria mais rentável. “O que a gente foi procurar em Copacabana a gente não encontrou”, explica Rave. Havia poucos turistas e muita concorrência. Ao longo do calçadão de Copacabana também são comuns as queixas de que a crise do euro reduziu o fluxo de pornoturistas.

## Uma família de papel

**I** Branca e Paloma não sabem ler nem escrever. A tragédia das irmãs pernambucanas recheia dois processos de seis volumes na 2ª Vara da Infância e Juventude de Recife. O clássico jurídico de 1,3 mil páginas por elas protagonizado relata a severidade das circunstâncias que as levaram a crescer ausentes de cuidados, forjando as condições que as puseram na sarjeta. A maturidade, que no mais das vezes é obra de uma vida inteira, cobrou precocemente as travessuras de infância. E a pátina do tempo reivindicou no corpo a idade que ainda não viveram.

A história de Branca e Paloma retrata um drama brasileiro, tão triste quanto recorrente. A família toda escapou ao radar do Estado, ainda que os sinais fossem aparentes. Pai e mãe analfabetos. Ele, alcoolista, foi preso pelo abuso sexual de Branca. A mãe, atestada com déficit cognitivo, consegue uns trocados lavando roupas. Os seis irmãos, entre 11 e 21 anos, tiveram alguma vivência de escola, mas não o aprendizado. A evasão escolar levou-os à perda do Bolsa Família.

Branca, uma das 80 meninas resgatadas das ruas pelo gestor da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), delegado Zanelli Gomes Alencar, era submetida à exploração sexual. Primeira a ser explorada, Paloma levou a irmã quatro anos mais nova. Foi dessa forma, infeliz e tardia, que a família veio a lume. Dos outros três irmãos, o menino de 15 anos já cumpriu pena em regime semi-aberto. O mais novo, de 10, exhibe revolta e agressividade só vista em gente grande.

As irmãs entraram na re-

de de proteção à infância por meio do Conselho Tutelar e do Instituto de Ação Social e Cidadania. Branca contava 9 anos; Paloma, 13. Recolhidas sempre no mesmo local, acabavam voltando. Ao chegar à Vara da Infância e Juventude, já haviam passado por vários órgãos da rede de proteção, que fracassa não só porque tem pouca estrutura, mas porque não há diálogo entre suas partes. A prova dessa desarticulação está nas 1,3 mil páginas do processo da família, instaurado em 2010.

Em 2008, a família foi transferida pela prefeitura de uma favela na zona norte de Recife para um conjunto habitacional, quando as crianças já viviam nas ruas. Livrou-se do esgoto a céu aberto, não da influência do narcotráfico, que cooptou três dos seis filhos.

Com asma crônica, Branca deu entrada 14 vezes no mesmo hospital desde 2008, até ser recusada em 8 de fevereiro deste ano. Acionado, Zanelli pediu na Justiça a internação compulsória, e a menina passou a viver no hospital. Não fosse essa medida extrema, Branca seguiria o caminho da irmã, que recém completou 18 anos e escapou às investidas da rede de proteção. Vive nas ruas.

**CONTINUA**

05 SET 2012

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Mãe conduz filha atrás de gringos

**L**ua tinha 6 anos quando começou a ver a mãe se pintar para sair à noite. Encantava-se vendo-a marcar os lábios em escarlate, o perfume invadir a atmosfera, o rubor artificial da bochecha. Nutria por ela tal admiração que toda a aglomeração dos vícios parecia-lhe a mais tenra virtude, embora não soubesse ainda distinguir uma coisa de outra. Idêntica consideração não teve pelo pai ao tomar ciência dos acontecimentos.

A mãe, Rave, entrou na prostituição aos 26 anos, abandonada pelo companheiro quando nasceu o quarto filho, uma menina que hoje conta 13 anos. "Ele me largou com cinco dias de parida", recorda. Sentia-se presa a uma persistente desesperança, e outros fatores concorriam para empurrá-la às ruas. "A necessidade me obrigou a entrar nisso, e tô até hoje". Começou fazendo pista nas esquinas de Salvador, até descobrir um meio mais lucrativo em praias e boates frequentadas por turistas estrangeiros.

"No verão, trabalho só com gringo, não quero saber de brasileiro", esnoba. As mesmas amigas mostraram o caminho também à filha. "Comecei com 16", diz Lua. "Mas não totalmente com 16. Começou a oficializar agora, com 18", intercede a mãe. "Por ela ser menor de idade, muitas pessoas temiam. Quando pintava, não tinha opção e ela acabava indo", explica.

### Mundo melancólico

Lua até poderia ter-se deixado levar pelo glamour da noite e da vida sem regras, mas não foi o caso. Aceitou as condições como escape ao melancólico mundo da mãe, com a qual vivia dias economicamente instáveis. Pôs-se em sacrifício para salvar a si e à mãe ao aceitar as ruas como meio de vida. Compelida a deitar-se com homens pelos quais não sente qualquer consideração, consome as horas na vaga esperança de encontrar um gringo para se casar.

Rave esteve perto desse sonho. Conhece sete países, por meio da internet. "Um ano fiquei fixo na Alemanha e três anos em outros países. Tem mais ou menos uns dois anos que não viajo. Não sei, mas talvez eu faça a Suíça agora". A esperança está num suíço que Rave conheceu há pouco no Rio de Janeiro, onde foi tentar a sorte num período de baixa temporada em Salvador.

"A gente ficou junto 15 dias. Foi um programa mesmo, um programa no qual eu ficava com ele todos os dias, e ele me pagando. Ele gostou de mim e falou: 'Eu quero levar você pra Suíça'. Eu disse 'tá bom'". Na noite em que conversou com a reportagem, na orla da Barra, em Salvador, Rave aguardava contato do suíço que recém voltara ao seu país.

Lua esteve com a mãe no Rio, em Copacabana. A concorrência era grande, voltaram. Sobre a filha seguir seus pas-

sos, Rave não se importa. "Não era o que eu queria pra ela. Mas o que eu posso fazer, né? Tem que apoiar e ensinar o que aprendi". Os primeiros programas da menina foram agenciados por taxistas e cafetões, depois pela própria mãe. "Os mesmo com quem ela saiu, eu saí também", diz Rave.

"Em hotel eles [turistas] pedem muitas garotas. Se não conseguir no próprio hotel, eles vêm à Barra e conseguem por conta própria, chegam lá pagam a hospedagem da garota. Mas se for indicado, eles dão uma gorjetazinha e tudo certo." Foi assim que Lua, aos 17 anos, ficou uma semana num hotel de luxo com um prefeito do interior da Bahia. "Se ele é o homem do pacote, vai ter problema? Não vai ter problema nenhum", diz Rave.

"Juntas, a gente nunca fez. Agora, se o cliente quiser trocar, nós troca", garante a mãe. "Tem muitos que pedem", completa Lua. "Mas no dia que bater a loucura, vai ter que pagar um preço muito alto, porque eu vou meter uma cachaça na cabeça e no outro dia não vou lembrar de nada. Mas eu vou pedir um preço muito alto por esse fetiche", adianta Rave. "Se for pra me beneficiar com isso eu vou me beneficiar, vou explorar sim, não penso duas vezes."

**CONTINUA**

**"Juntas, a gente nunca fez. Agora, se o cliente quiser trocar, nós troca. Mas eu vou pedir um preço muito alto. Se for pra me beneficiar com isso, vou explorar sim, não penso duas vezes."**

Rave, mãe de Lua, ambas garotas de programa em Salvador

05 SET 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Sites promovem turismo sexual e redes sociais facilitam os contatos**

A exploração sexual vem ganhando novos contornos com a configuração e organização de novas redes que se articulam para se expandir. Novas tecnologias como a internet possibilitam contato rápido e eficiente, permitindo a formação de um amplo e complexo mercado que, como tantos outros, possui uma versão lícita e outra ilícita. Por meio das redes sociais, o turista sexual chega com as informações de que necessita. "Os gringos dão uma olhada em alguns sites de garotas e já vêm com os contatos. Aí, ligam para um taxista buscar a garota e levar para o hotel", diz um taxista de Fortaleza.

O governo brasileiro tem rastreado sites que promovem o país como destino de turismo sexual. Duas mil páginas que associavam o país à pornografia

e à prostituição tiveram de alterar ou remover o conteúdo após notificadas. Algumas divulgavam "pacotes de viagens" no Brasil que incluíam oferta de "duas garotas por noite", enquanto outras ofereciam fotos ou encontros com menores de idade. A maioria se apropriava da marca do Ministério do Turismo e de programas como o "Turismo Sustentável & Infância" e o "Viaja Mais Melhor Idade".

Dois terços das páginas estavam hospedadas nos Estados Unidos, embora este não seja necessariamente o país de residência dos responsáveis pelos sites. Apenas uma entre 10 páginas notificadas estavam em computadores brasileiros. Essas páginas afetam negativamente a imagem do país, que neste ano investirá R\$ 183 milhões em propagandas e iniciativas para associar o Brasil a conceitos como diversidade cultural, atrativos naturais, praias e culinária.

# GAZETA DO POVO

## **Cavaletes da discórdia**

Não é destruindo a propaganda política que se conseguirá

melhorar o nível dos candidatos

**A** legislação que regula a propaganda eleitoral deu uma grande contribuição ao eliminar o velho costume dos partidos e candidatos de se utilizar de bens de uso comum, como clubes, templos e estádios, ainda que privados. Livrou-nos também de ver postes, árvores, muros, cercas ou tapumes localizados em áreas públicas sujeitos e degradados por cartazes e pinturas de candidatos. O máximo que se permite é propaganda em bens particulares, desde que devidamente autorizada por seus proprietários. Tais limitações, sem dúvida, eliminaram a desagradável e prejudicial poluição que marcava as cidades em tempos de vésperas eleitorais e exigiam dispêndio de recursos públicos para a limpeza que precisava ser feita.

A busca por um modo mais inteligente e menos incômodo para que partidos e candidatos pudessem exercer o direito de divulgar seus candidatos fez surgir o uso de cavaletes — simples suportes de madeira sobre os quais colam-se os cartazes. Não poluem o meio ambiente, não geram despesas para os cofres públicos e são, ao mesmo tempo, eficientes em termos de visualização. No máximo, se colocados em locais inapropriados, podem causar aborrecimentos ao livre trânsito de pedestres.

Entretanto, a destruição de cavaletes se tornou moda na presente campanha eleitoral. Há evidências de atuação criminosa que algumas campanhas movem contra seus adversários, destruindo, danificando ou adulterando a propaganda alheia. É algo antidemocrático e nada civilizado com que a Justiça Eleitoral e até mesmo autoridades policiais têm de se haver a cada denúncia que recebem, uma perda de tempo e de energias que poderia ser evitada.

Quando de autoria proposital e planejada, de alguns políticos contra outros, a ação delituosa revela desde logo o nível de primarismo e de desrespeito inconcebível para quem disputa um mandato popular que, entre outras missões, tem exatamente a de contribuir para o aprimoramento das regras de convivência democrática. Logo, é absolutamente deplorável a atitude dos que vêm se dando ao mister criminoso de prejudicar os oponentes.

## 05 SET 2012

Por outro lado, sabe-se também que há um certo tipo de vandalismo “espontâneo” a fazer dos cavaletes um alvo preferencial nesses dias que antecedem a eleição. Usuários das mídias sociais costumam lançar a pergunta “você já chutou um cavalete hoje?” Tanta insatisfação poderia, em tese remota, significar que os que assim agem estão apenas dando vazão à ojeriza que a política (e os políticos) desperta em vários segmentos da sociedade. A revolta é legítima, mas a maneira de manifestá-la é não apenas equivocada, mas também criminosa, pois o Código Eleitoral prevê detenção de até seis meses ou o pagamento de 90 a 120 dias-multa para quem inutiliza ou vandaliza instrumentos de propaganda que estejam de acordo com a legislação eleitoral. Não há nada que abrande a culpa dos cidadãos dispostos a livrar a cidade dos cavaletes, mesmo porque não é dessa forma que se conseguirá melhorar o nível dos que se dispõem a disputar cargos eletivos.

Torna-se válido questionar se a fúria do cidadão comum contra os cavaletes dos candidatos não seria um reflexo do mesmo vandalismo condenável com que se atacam também os bens públicos e privados em toda parte — ora pela pichação de paredes e fachadas (algumas vezes até mesmo de prédios de interesse histórico), ora pelos danos a ônibus e estações que servem ao transporte público, apenas para citar alguns exemplos. Esses casos são manifestações puras de má educação, de desrespeito ao bem comum e de irresponsabilidade em relação ao custo em recursos públicos que precisarão ser investidos nos reparos.

Também não é prudente defender que o vandalismo eleitoral possa ser encarado como um “pequeno” desvio de comportamento — afinal, “pequenos” desvios não deixam de ser o nascedouro dos “grandes” desvios, ideia que está por trás da doutrina da tolerância zero. Seria infinitamente melhor que os cidadãos gastassem a energia usada hoje no combate aos cavaletes em formas realmente efetivas de melhorar o debate político na cidade.

**RENÉ ARIEL DOTTI**

## **O Projeto Sarney do novo Código Penal**

Já está tramitando — com rapidez inusitada — no Senado Federal o Projeto de Lei n.º 236, de 2012, de autoria do senador José Sarney e que institui um novo Código Penal. No editorial de 26 de agosto, esta *Gazeta do Povo* afirmou com muita propriedade ser “irreal esperar que os senadores consigam analisar em poucas semanas o texto que a comissão de juristas levou sete meses para elaborar”. Após denunciar propostas absolutamente incompatíveis com o bom senso e a opinião geral dos cidadãos, o editorial enfatiza: “A conclusão é a de que, quanto menos tais propostas permanecerem em discussão, menor a possibilidade de que a sociedade civil tome conhecimento delas e possa manifestar seu desagrado”

Associações científicas dedicadas à teoria e à prática das leis penais em nosso país, como o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), de prestígio internacional, estão divulgando um manifesto de repúdio ao Projeto Sarney, demonstrando as graves distorções e a absoluta falta de proporcionalidade entre muitos crimes e penas. Como exemplo marcante, o documento menciona o artigo 394 do projeto, que prevê o crime de “deixar de prestar assistência ou socorro, quando possível fazê-lo, sem risco pessoal, a qualquer animal que esteja em grave e iminente perigo, ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública”. A pena é de um a quatro anos. E a omissão de socorro a criança abandonada ou extraviada ou a pessoa inválida ou ferida é punida com a prisão de um a seis meses ou multa (art. 132).

Em síntese: no caso de criança abandonada ou pessoa ferida, a pena mínima é de um mês ou multa; em relação a qualquer animal, é de um ano — 12 vezes superior! É elementar que a proteção aos animais é uma demonstração de sensibilidade humana reconhecida e apoiada pela sociedade e pelos poderes públicos, como ocorre com a Lei n.º 9.605/1998, que dedica uma

seção aos crimes contra a fauna puníveis com prisão e multa. O problema é a absoluta falta de critério do malinado projeto, que também chega ao extremo de eliminar o livramento condicional em favor do presidiário de bom comportamento e que cumpriu uma parte considerável da pena. Trata-se de uma extraordinária conquista de esperança do condenado, um adequado meio de reinserção social e um eficiente instrumento de disciplina penitenciária. A prevalecer essa teoria do absurdo em matéria de política penitenciária, nosso país sofrerá ainda mais as consequências dramáticas da superpopulação carcerária, um grave problema humano e social.

Em outra passagem, o Projeto Sarney, inovando radicalmente no ordenamento penal, propõe a eutanásia nos seguintes termos: “Art.122. Matar, por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior, a seu pedido, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave: Pena — prisão, de dois a quatro anos”. Mas a proposta omite, gravemente, o diagnóstico médico acerca do estado terminal do paciente. E, gerando absoluta insegurança acerca da vida humana como bem fundamental, o projeto admite o “perdão judicial” nos seguintes termos: “§ 1.º O juiz deixará de aplicar a pena avaliando as circunstâncias do caso, bem como a relação de parentesco ou estreitos laços de afeição do agente”. Dependendo da evolução da criminalidade e da violência em lugar do gesto humanitário para a “morte piedosa”, algum parente mercenário poderá desenvolver um novo tipo de “abertura de inventário”.

**René Ariel Dotti**, professor titular de Direito Penal, é membro da comissão da Ordem dos Advogados do Brasil para estudo do Projeto de Lei 236/2012.

# 05 SET 2012

## GAZETA DO POVO

### **Ferrovias fazem convênio com CNJ para leiloar lixo**

Um convênio entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) poderá dar destino a 26,7 mil vagões e locomotivas de trens que viraram lixo mas que estão ocupando parte da malha ferroviária do país, atrapalhando o sistema de transporte de cargas. O convênio foi assinado há duas semanas e tem a intenção de dar garantia jurídica para que sejam feitos leilões dos bens, que pertencem à antiga RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.), órgão do governo federal que cuidava das ferrovias e foi extinto em 2007. O modelo é semelhante ao que está sendo feito com aviões de empresas que faliram e estão em áreas de aeroportos do país. O número de equipamentos que viraram lixo corresponde a cerca de 25% dos vagões que estão em uso no país, cerca de 103 mil.

### **Empresa terá de indenizar cliente por trocar filme infantil por pornô**

A Justiça do Rio de Janeiro condenou a Editora Abril a indenizar uma família em R\$ 18.018,90 por danos morais e materiais após trocar um filme infantil por um pornô. A decisão da 2.ª Câmara Cível cabe recurso. Segundo o processo, Lúcia Cristina e Silvano Cardinelli afirmam que adquiriram para a filha de 7 anos uma embalagem composta por um livro de colorir e uma fita de vídeo do desenho animado *Mulan*, da Disney. No entanto, ao colocarem a fita para a criança, para a surpresa de todos, o conteúdo do vídeo era pornográfico. Para o relator do processo, desembargador Carlos Eduardo da Fonseca Passos, há dano a ser indenizado, pois a menina foi exposta a conteúdo inapropriado para sua idade.

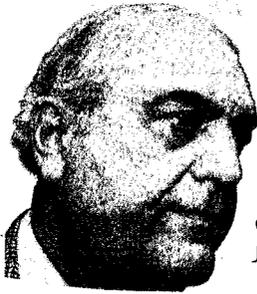
# GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

05 SET 2012

## Milhões repatriados

**A** Justiça da Suíça autorizou a repatriação de US\$ 6,8 milhões que estavam bloqueados, desde 1999, na conta do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto (foto), envolvido no escândalo de superfaturamento do Fórum Trabalhista de São Paulo. De acordo com informações da Advocacia-Geral da União, a decisão do tribunal suíço também manda o ex-juiz indenizar o Brasil em US\$ 2,1 milhões. O advogado de Nicolau, Francisco Assis Pereira, disse que a defesa continuará brigando para recuperar o dinheiro. Segundo o advogado, não há uma decisão judicial em definitivo contra o ex-juiz. "Na mão



grande, ninguém vai tomar o dinheiro dele." Além de Nicolau, que cumpre prisão domiciliar em São Paulo, foram acusados de desvio de dinheiro público nesse mesmo caso o ex-senador Luiz Estevão e os empresários Fábio de Barros e José Ferraz.

## DECISÃO

### Extração de areia em Ilha Grande continua suspensa pela Justiça

O juiz João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), manteve a suspensão das atividades de extração de areia ao redor do Parque Nacional da Ilha Grande, localizado na divisa dos estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul. A decisão confirmou a liminar de primeira instância que, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), paralisou as ati-

vidades de quatro mineradoras da região, em razão de danos ambientais. Uma ação civil pública movida pelo MPF na Vara Federal de Guaíra acusa seis mineradoras de operar em desacordo com a legislação ao instalar depósitos de areia sobre área de preservação permanente, entre outras irregularidades. Das seis empresas denunciadas, quatro estão com as atividades de extração de areia nas imediações do Parque Nacional da Ilha Grande suspensas, em caráter liminar, desde o último dia 20 de junho.

## COLUNA DO LEITOR

### Adoção

Penso que, se queremos respeitar o "diferente", ou aquilo que está sendo chamado de uma nova sociedade, com direitos iguais independentemente da opção sexual, devemos começar pelo respeito ao pensamento e à opinião das outras pessoas. É assim que se constrói uma democracia. Pode-se não concordar, divergir, opinar e argumentar de forma diversa, mas sem ataques pessoais ou vociferados. Se não se respeita a opinião de um colunista que lançou, a meu ver, um interessantíssimo ponto de vista sobre o tema da adoção por casais homossexuais (**Gazeta**, 30/8), será que as pessoas estão mesmo prontas para conviver com o "diferente"?  
Igor Strasbach, advogado

### Defesa de Dirceu faz novo ataque à PGR

Em nova manifestação, entregue aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu criticou de novo a Procuradoria-Geral da República (PGR). De acordo com o documento elaborado pelo advogado José Luis Oliveira Lima, a acusação criou o "peculiar conceito" de "testemunha de referência" para dizer que os depoimentos escolhidos pelos defensores eram de pessoas que não tinham conhecimento direto dos fatos.

"A PGR se faz de cega e prefere não enfrentar os inúmeros testemunhos diretos, produzidos sob o crivo do contraditório, que infirmam [enfraquecem] todos os indícios que suportavam a denúncia", diz Oliveira Lima.

### Justiça acolhe denúncia contra 17 ex-executivos do Panamericano

O juiz federal Marcelo Costenaro Cavali, da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, acolheu denúncia do Ministério Público Federal contra 17 ex-executivos do banco Panamericano, entre eles o ex-presidente do Conselho de Administração Luiz Sandoval e o ex-diretor superintendente Rafael Palladino. Todos responderão por crimes contra o sistema financeiro nacional. A denúncia do MPF fora encaminhada à Justiça Federal em 23 de agosto e acusa os ex-executivos de crimes como alteração ilícita dos resultados do banco.

05 SET 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

# Advogado reclama do CTII

O Centro de Triagem II, em Piraquara, é alvo de críticas de advogados. Eles reclamam que os agentes dificultam os encontros com seus clientes, direito previsto em lei, e também do tempo de espera para conversar com os presos.

A situação revoltou o advogado criminalista Sandro Roberto Vieira, que precisou insistir para conseguir a assinatura de um preso. “É um absurdo. Não consegui sequer falar com meu cliente”, diz. Logo na chegada ao centro ele foi avisado que não poderia falar com o detento por causa de uma mobilização por parte dos presos de castigo. Foi preciso argumentar com dois agentes até conseguir apenas a assinatura do detento, depois de 45 minutos. Vieira afirma que os familiares dos presos também sofrem com a situação. Roupas de lã não estariam entrando no centro e os agentes estariam exigindo o uso de moletom e chinelos pelos visitantes.

### **Associação**

O presidente da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas, Danilo Guimarães Rodrigues Alves, disse que não recebeu nenhuma reclamação formal sobre o caso, mas reconhece que a demora no atendimento se repete em várias unidades penais. “Em conversa com o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), eles se comprometeram a agilizar o atendimento”, disse.

Já o diretor do Centro de Triagem II, César Abilhôa, explica que a demora nos encontros entre detentos e advogados se deve ao contingente de agentes para remanejar os presos, mas o contato entre os dois não deixa de acontecer. O diretor afirma que não foi imposto nenhum traje para familiares e que só são aceitas roupas na cor do uniforme, laranja. “A peça vai receber as iniciais do centro, como o uniforme. Se levar de outra cor, não vai entrar”.

05 SET 2012

## Transtorno JORNAL DO ESTADO

O prefeito Luciano Ducci (PSB) perdeu mais uma disputa judicial para Ratinho Junior (PSC). A juíza Adriana Ayres Ferreira, da 4ª Zona Eleitoral, determinou ontem a retirada de todos os cavaletes da campanha eleitoral de Ducci que contêm a inscrição "Desculpe o transtorno. Aqui tem trabalho do Luciano" da cidade, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil.

### FICHA LIMPA

# Sucesso da lei depende de TREs, diz ONG

O sucesso da Lei da Ficha Limpa vai depender que os tribunais regionais eleitorais (TREs) façam a sua parte, disse ontem a diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Jovita José Rosa, após participar do seminário Entre o Formal e o Real: Desafios na Implementação das Leis Que Tornam o Brasil mais Transparente. O evento foi promovido pelo Instituto Millenium, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Jovita comentou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) "deu um voto a favor da Ficha Limpa", na medida em que colocou as contas de campanha em questão. "De modo geral, hoje, a Lei da Ficha Limpa está nas mãos dos TREs para que eles façam valer". Ela ressaltou que os demais atores envolvidos – sociedade, Congresso Nacional, Presidência da República e Supremo Tribunal Federal – fizeram a sua parte. "Agora, a gente precisa de uma ação concreta dos tribunais regionais. Neste momento, a bola está com eles", disse.

A diretora da ONG está confiante que a grande maioria dos TREs vai ser pela aplicação da nova lei. "É lógico que vai haver exceções, infelizmente", disse. Alertou, contudo, que muitos candidatos considerados "ficha suja" já deixaram de participar da eleição deste ano, por causa da lei que está valendo. "A gente tem muito que comemorar".

Jovita acredita, inclusive, que a eleição deste ano será um marco no país. Ela destacou a grande mobilização da sociedade, iniciada por ocasião da campanha pelo voto direto no país, em 1984, que ganhou vulto em torno da Lei da Ficha Limpa e "aprimora agora a democracia". "A sociedade brasileira está no caminho certo e, consequentemente, o Brasil também vai para o caminho certo", disse.

A questão agora, segundo a diretora, é melhorar a qualidade dos partidos políticos, partindo do pressuposto que "candidato bom vem de partido bom, de partido forte, e que candidato ficha limpa vem de partido ficha limpa". É preciso também dar maior transparência à questão das doações para as campanhas. Avaliou que as doações de campanhas são essenciais para que os cidadãos possam escolher em quem vão votar, "porque sabendo quem está financiando, a gente vai saber qual será a postura dele (candidato) lá na frente", declarou.

05 SET 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

Eliana Calmon deixa cargo  
de corregedora de Justiça



Ministra Eliana Calmon: atuação histórica no CNJ

A ministra Eliana Calmon deixou ontem (4) o cargo de corregedora-geral de Justiça. Eliana Calmon ganhou projeção nacional quando disse que era preciso ter cuidado com os "bandidos de toga". A declaração foi divulgada em entrevista no ano passado, pouco antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir até onde o CNJ poderia ir na investigação de magistrados. Na época, a corregedora foi criticada por grande parcela da magistratura

nacional e, em especial, pelo então presidente do CNJ e do STF, Cezar Peluso, que classificou as declarações da corregedora de "levianas". Outro episódio polêmico relacionado a Eliana Calmon foi a decisão de investigar indícios de irregularidades no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Maior corte do país, por onde circulam cerca de 60% dos processos, o tribunal é conhecido pelo perfil conservador e avesso a interferências externas.

## NOTA POLÍTICA

### Multa a candidato

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) manteve a decisão de condenação do deputado Cesar Silvestri Filho em R\$ 5 mil por ter feito propaganda na página da Assembleia Legislativa do Paraná. O parlamentar é candidato à Prefeitura de Guarapuava